**DESIGUALDADE SOCIODEMOGRÁFICA ENTRE MULHERES PRETAS E BRANCAS NO ACESSO À SAÚDE REPRODUTIVA NO BRASIL**

Emanuelle Milayne Araújo dos Santos1

Débora Lopes de Santana 2

Marcos Antonio Lacerda Nunes Filho3

Ianca Karine Prudencio de Albuquerque4

 Michael Robert Tavares da Silva5

1Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE.

2Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.

3Centro Universitário Maurício de Nassau, Recife, PE.

4Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.

5Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.

**INTRODUÇÃO**: No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) deve garantir às mulheres atenção à saúde reprodutiva e sexual**.** Apesar dos princípios do SUS preconizar um sistema universal, igualitário e integral, diversos estudos apontam para maior vulnerabilidade das mulheres pretas/pardas na assistência reprodutiva, expressando desigualdades existentes em relação raça/cor. **OBJETIVO:** Condensar conhecimentos quanto às desigualdades racial e étnica no acesso a saúde reprodutiva da mulher. **REVISÃO**: Realizou-se uma revisão bibliográfica integrativa de artigos originais, utilizando os termos de busca, nas versões inglesas e portuguesas, de: “saúde reprodutiva”, “saúde racial”, “social” e “Brasil”, combinados nas plataformas de busca: ScienceDirect, Pubmed, Periódicos CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde e Scielo no intervalo de 2015 a 2020. A revisão resultou na obtenção de 793 artigos, onde apenas 8 atendiam os critérios. A análise dos textos demonstra que há desuniformidade no acesso à saúde reprodutiva ofertada à mulheres a depender de alguns fatores. Ao se tratar da cor, o acesso ao pré-natal é consideravelmente pior para as negras, as mesmas recebem menos informações sobre o local de parto, além disso o tempo de espera por atendimento é maior. As mulheres negras são preferencialmente usuárias do SUS e a proporção de risco reprodutivo neste grupo racial é elevado. Contudo, parece haver um abismo entre as mulheres negras e a posição alcançada por mulheres brancas, tal desigualdade coíbe o direito constitucional de acesso igualitário à saúde para essas mulheres. Quando levamos em relação a escolaridade e renda familiar, a proporção de mulheres brancas com ensino superior e o percentual com renda é maior do que das negras. Os autores sugerem quanto menor a escolaridade/renda pior será a assistência à saúde, traduzindo um cenário preocupante. Já nos comportamentos sexuais e reprodutivos, as mulheres negras têm maiores chances de terem iniciação sexual e gestação precocemente. Todavia, as mesmas possuem menos acesso a anticoncepcionais, são menos assíduas nas consultas do pré natal e têm menor percentual de acompanhante no parto. **CONCLUSÃO**: Os dados encontrados evidenciam a necessidade de discutir estratégias para impactar estes condicionantes e determinantes no acesso à saúde das mulheres negras.